

[Página inicial](#) / [Meus cursos](#) / [Comando-Geral](#) / [COGER](#)
/ [Curso de Atualização Profissional em Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar - FATD](#) / [Pesquisas e Avaliação Final](#)
/ [Avaliação Final do Curso](#)

Iniciado em	quarta, 24 Abr 2024, 14:13
Estado	Finalizada
Concluída em	quarta, 24 Abr 2024, 14:48
Tempo empregado	35 minutos 6 segundos
Notas	14,05/20,00
Avaliar	7,03 de um máximo de 10,00(70%)
Comentários	Parabéns pela Conclusão da Avaliação Final!!!

Questão **1**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00

Os instrumentos existentes para suprir os vícios são: Convalidação de Ato Administrativo, Revogação de Ato Administrativo e Anulação ou Invalidação de Ato Administrativo

Escolha uma opção:

- Verdadeiro ✓
- Falso

A resposta correta é 'Verdadeiro'.

Questão **2**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00**Sobre a verificação de documentos no FATD, assinale as questões verdadeiras abaixo:**

Escolha uma ou mais:

- a. As Diligências, compreendidas na verificação de documento, intuito de verificar os documentos faltantes e solicitar pode ocorrer em: Laudos e Perícias que o caso requeira; Outros documentos, procedimentos instrutórios e solicitações a outros órgãos; Localização de pessoas cuja oitiva seja útil, etc. ✓
- b. A Verificação de documentos no FATD consiste em analisar os documentos recebidos e realizar uma leitura atenta dos fatos para saber se falta algum documento. ✓
- c. O Início da Lavratura e organização dos documentos consiste em produzir, organizar, autuar e numerar os documentos na seguinte ordem: Capa; Despacho de Designação; Publicação do Despacho; Documentos de Origem; Ficha Disciplinar Individual atualizada do Acusado (FDI); Escala de serviço (se for o caso). ✓

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são:

A Verificação de documentos no FATD consiste em analisar os documentos recebidos e realizar uma leitura atenta dos fatos para saber se falta algum documento.,

As Diligências, compreendidas na verificação de documento, intuito de verificar os documentos faltantes e solicitar pode ocorrer em: Laudos e Perícias que o caso requeira; Outros documentos, procedimentos instrutórios e solicitações a outros órgãos; Localização de pessoas cuja oitiva seja útil, etc.,

O Início da Lavratura e organização dos documentos consiste em produzir, organizar, autuar e numerar os documentos na seguinte ordem: Capa; Despacho de Designação; Publicação do Despacho; Documentos de Origem; Ficha Disciplinar Individual atualizada do Acusado (FDI); Escala de serviço (se for o caso).

Questão **3**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00

O Código de Processo Penal também pode ser utilizado de maneira subsidiária à Portaria do Comando-Geral nº 339/2006, tendo em vista que o processo administrativo disciplinar se assemelha em alguns aspectos ao processo penal.

Escolha uma opção:

- Verdadeiro ✓
- Falso

A resposta correta é 'Verdadeiro'.

Questão 4

Parcialmente
corretoAtingiu 0,50 de
1,00

Sobre o Módulo II responda

Escolha uma ou mais:

- a. "A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição." Apesar da súmula vinculante nº 05 do STF mencionar isso, no FATD deverá ser designado defensor dativo quando o acusado justificar por escrito o seu pedido em razão da sua grande deficiência técnica para justificar a sua conduta. ✘
- b. Para contagem do Prazo Processual é considerado o desprezo do primeiro dia e o cômputo do último para efeitos de prazo. ✔
- c. O prazo para apresentação das razões de defesa poderá ser prorrogado, em caráter excepcional e a critério da autoridade competente, e desde que não haja comprometimento à eficácia e à oportunidade da ação disciplinar. ✔
- d. A Lei Estadual nº 16.544/2010, prevê o prazo de dois dias úteis entre a citação e a entrega do libelo acusatório e também para notificação para comparecimento à sessão de julgamento dos Conselhos de Disciplina e de Justificação.

Por analogia, este prazo também é respeitado para notificar o acusado sobre as oitivas de testemunhas a atos outros relativos ao processo disciplinar.
- e. É direito do acusado contrapor todas as provas que possam ser produzidas em seu desfavor, aqui incluindo a versão trazida aos autos pelo Ofendido ou Acusador. ✔

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 3.

As respostas corretas são: É direito do acusado contrapor todas as provas que possam ser produzidas em seu desfavor, aqui incluindo a versão trazida aos autos pelo Ofendido ou Acusador., A Lei Estadual nº 16.544/2010, prevê o prazo de dois dias úteis entre a citação e a entrega do libelo acusatório e também para notificação para comparecimento à sessão de julgamento dos Conselhos de Disciplina e de Justificação.

Por analogia, este prazo também é respeitado para notificar o acusado sobre as oitivas de testemunhas a atos outros relativos ao processo disciplinar., O prazo para apresentação das razões de defesa poderá ser prorrogado, em caráter excepcional e a critério da autoridade competente, e desde que não haja comprometimento à eficácia e à oportunidade da ação disciplinar., Para contagem do Prazo Processual é considerado o desprezo do primeiro dia e o cômputo do último para efeitos de prazo.

Questão **5**Parcialmente
corretoAtingiu 0,75 de
1,00**Sobre a Anulação dos Atos previstos no CPPM, assinale a(s) alternativa(s) Verdadeira(s)**

Escolha uma ou mais:

- a. A nulidade de um ato, uma vez declarada, causará a nulidades dos atos que dele diretamente dependam ou sejam consequência. ✓
- b. ✓
- Cabe a autoridade reconhecer a invalidade de determinado ato processual e verificar se esse vício se propagou ou não aos outros atos do procedimento.
- c.
- d.
- A nulidade de um ato, uma vez declarada, não causará a nulidade dos atos que dele diretamente dependam ou sejam consequência, pois são independentes entre si.
- e. ✓

Os atos nos quais forem identificadas nulidades deverão ser renovados ou retificados, se houver tal possibilidade.

f.

Aqueles documentos que porventura sejam considerados nulos por decisão fundamentada da autoridade, durante análise do FATD, deverão ser desentranhados dos autos.

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 3.

As respostas corretas são:

Os atos nos quais forem identificadas nulidades deverão ser renovados ou retificados, se houver tal possibilidade.,

Cabe a autoridade reconhecer a invalidade de determinado ato processual e verificar se esse vício se propagou ou não aos outros atos do procedimento.,

A nulidade de um ato, uma vez declarada, causará a nulidades dos atos que dele diretamente dependam ou sejam consequência.,

Aqueles documentos que porventura sejam considerados nulos por decisão fundamentada da autoridade, durante análise do FATD, deverão ser desentranhados dos autos.

Questão **6**Parcialmente
corretoAtingiu 0,20 de
1,00**Sobre a Anulação dos Atos Administrativos, assinale a(s) alternativa(s) Verdadeira(s)**

Escolha uma ou mais:

 a.

Anulação ou invalidação é o desfazimento do ato administrativo por razões de ilegalidade.

 b. 

O ato considerado nulo produz **efeitos retroativos** à data em que foi emitido (*ex tunc*).

 c.

Em regra, a Administração tem o dever de anular os atos ilegais sob pena de ferir o princípio da legalidade. É possível uma exceção a essa regra quando o prejuízo da anulação for maior do que o decorrente ato ilegal, quando o interesse público for manifesto.

 d.

O conceito de ilegalidade ou ilegitimidade não se restringe somente à violação da lei, mas também ao abuso, por excesso ou desvio de poder, ou ao desrespeito aos princípios gerais do direito.

e.

Nas palavras do Professor Hely Lopes Meirelles a Anulação é a declaração de invalidade de um ato administrativo ilegítimo ou ilegal. Baseia-se em razões de legitimidade ou legalidade, diferentemente da revogação que se funda em motivos de conveniência ou de oportunidade.

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 1.

As respostas corretas são:

Anulação ou invalidação é o desfazimento do ato administrativo por razões de ilegalidade.,

O ato considerado nulo produz **efeitos retroativos** à data em que foi emitido (*ex tunc*).,

Em regra, a Administração tem o dever de anular os atos ilegais sob pena de ferir o princípio da legalidade. É possível uma exceção a essa regra quando o prejuízo da anulação for maior do que o decorrente ato ilegal, quando o interesse público for manifesto.,

Nas palavras do Professor Hely Lopes Meirelles a Anulação é a declaração de invalidade de um ato administrativo ilegítimo ou ilegal. Baseia-se em razões de legitimidade ou legalidade, diferentemente da revogação que se funda em motivos de conveniência ou de oportunidade.,

O conceito de ilegalidade ou ilegitimidade não se restringe somente à violação da lei, mas também ao abuso, por excesso ou desvio de poder, ou ao desrespeito aos princípios gerais do direito.

Questão **7**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00

Não há cerceamento de defesa se o acusado for regularmente notificado para comparecer a oitiva de testemunhas, porém optar por não fazê-lo.

Escolha uma opção:

- Verdadeiro ✓
- Falso

Precedentes: STF

A resposta correta é 'Verdadeiro'.

Questão 8

Correto

Atingiu 1,00 de 1,00

Sobre questões gerais do FATD

Escolha uma ou mais:

- a. Transgressão disciplinar é toda ação praticada pelo militar contrária aos preceitos estatuídos no ordenamento jurídico pátrio ofensiva à ética, aos deveres e às obrigações militares, mesmo na sua manifestação elementar e simples, ou, ainda, que afete a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe. ✓
- b. Quando a ação ou omissão não estiverem bem definida, não é necessário instaurar um procedimento de caráter investigativo, como uma sindicância ou um inquérito policial militar, sendo recomendado abrir diretamente um FATD.
- c. O FATD tem por objetivo apurar os fatos que possam caracterizar transgressão disciplinar, viabilizando ao militar estadual apontado como autor do fato todos os meios e garantias capazes de propiciar o exercício da ampla defesa e contraditório de modo a embasar ✓
- d. O Regulamento Disciplinar do Exército não traz um conceito sobre o que caracteriza transgressão disciplinar
- e. O FATD deverá ser instaurado apenas quando existir ato/fato determinado que possa caracterizar transgressão disciplinar com autoria certa. Logo, enquanto não existe definição sobre quem seria o autor do ilícito administrativo, não deverá ser expedido um FATD. ✓

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são: Transgressão disciplinar é toda ação praticada pelo militar contrária aos preceitos estatuídos no ordenamento jurídico pátrio ofensiva à ética, aos deveres e às obrigações militares, mesmo na sua manifestação elementar e simples, ou, ainda, que afete a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe.,

O FATD tem por objetivo apurar os fatos que possam caracterizar transgressão disciplinar, viabilizando ao militar estadual apontado como autor do fato todos os meios e garantia capazes de propiciar o exercício da ampla defesa e contraditório de modo a embasar,

O FATD deverá ser instaurado apenas quando existir ato/fato determinado que possa caracterizar transgressão disciplinar com autoria certa. Logo, enquanto não existe definição sobre quem seria o autor do ilícito administrativo, não deverá ser expedido um FATD.

Questão **9**

Incorreto

Atingiu 0,00 de 1,00

É possível suprir os vícios de Nulidade estudados no Módulo III?

Escolha uma opção:

- Verdadeiro
- Falso ✘

A resposta correta é 'Verdadeiro'.

Questão **10**Parcialmente
corretoAtingiu 0,33 de
1,00**Sobre a Anulação dos Atos previstos no CPPM, assinale a(s) alternativa(s) Verdadeira(s)**

Escolha uma ou mais:

 a.

Substituindo a citação nula pelo comparecimento do réu, o certo é que, se não convalidou a citação nula, a relação processual foi convalidada, não se declarando a nulidade do processo.

 b.

A falta ou a nulidade da citação, da intimação ou notificação não ficará sanada com o comparecimento do interessado em juízo.

 c.

Nenhuma das partes poderá arguir a nulidade a que tenha dado causa ou para que tenha concorrido, ou referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interessa.



d.

A falta ou a nulidade da citação, da intimação ou notificação ficará sanada com o comparecimento do interessado antes de o ato consumir-se, embora declare que o faz com o único fim de argui-la.

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 1.

As respostas corretas são:

Nenhuma das partes poderá arguir a nulidade a que tenha dado causa ou para que tenha concorrido, ou referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interessa.,

A falta ou a nulidade da citação, da intimação ou notificação ficará sanada com o comparecimento do interessado antes de o ato consumir-se, embora declare que o faz com o único fim de argui-la.,

Substituindo a citação nula pelo comparecimento do réu, o certo é que, se não convalidou a citação nula, a relação processual foi convalidada, não se declarando a nulidade do processo.

Questão **11**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00**Sobre o Princípio da Presunção de Inocência, assinale as questões verdadeiras abaixo:**

Escolha uma ou mais:

 a.

A dúvida sempre deve ser interpretada em favor do Acusado. Se não foi possível atribuir-lhe a autoria de prática de transgressão disciplinar acima de qualquer dúvida razoável, deve ser considerado inocente e arquivado o FATD.

 b.

É importante destacar que o ônus de provar a responsabilidade do militar estadual é da Administração Pública.

c. Consagrado no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, estabelece que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”.

**Sua resposta está correta.**

As respostas corretas são: Consagrado no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, estabelece que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. ,
É importante destacar que o ônus de provar a responsabilidade do militar estadual é da Administração Pública.,
A dúvida sempre deve ser interpretada em favor do Acusado. Se não foi possível atribuir-lhe a autoria de prática de transgressão disciplinar acima de qualquer dúvida razoável, deve ser considerado inocente e arquivado o FATD.

Questão **12**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00**Sobre o Objetivo do FATD, responda abaixo:**

Escolha uma ou mais:

 a.


O objetivo principal do FATD é viabilizar a punição do acusado

 b.

Todas as opções estão corretas

 c.

O Objetivo do FATD é verificar se há ou não responsabilidade do militar estadual sem lhe oportunizar a possibilidade de se defender adequadamente pois a autoridade com competência disciplinar é livre para decidir da maneira que melhor entender com base na documentação de origem

 d.O objetivo principal do FATD é apurar os fatos e circunstâncias de suposta transgressão disciplinar 

Sua resposta está correta.

É importante deixar bem claro que o objetivo principal do FATD não é viabilizar a punição do acusado, mas sim apurar os fatos e circunstâncias em que se deu a suposta transgressão disciplinar para verificar se há ou não responsabilidade disciplinar.

A resposta correta é:

O objetivo principal do FATD é apurar os fatos e circunstâncias de suposta transgressão disciplinar

Questão **13**Parcialmente
corretoAtingiu 0,75 de
1,00**Sobre as Oitivas e outras providências no FATD, assinale as questões verdadeiras abaixo:**

Escolha uma ou mais:

- a. O Encarregado do processo disciplinar ou do procedimento administrativo poderá indeferir as perguntas inoportunas, inconvenientes, fora do contexto. Recomenda-se que estas perguntas indeferidas sejam consignadas no termo.
- b. Quando houver constrangimento de testemunhas e quando não houver defensor constituído, como sugestão o acusado poderá deixar as perguntas para que o Encarregado as transmita a testemunha, ficando tudo devidamente registrado no Termo de Inquirição de Testemunha. ✓
- c. Se a impossibilidade de formular questionamentos for alegada pelo acusado no ato de sua defesa final o encarregado deverá providenciar nova oitiva e oportunizar que o acusado faça as perguntas. ✓
- d. Nos casos de FATD, o acusado poderá fazer perguntas às testemunhas ou ao ofendido por intermédio do Encarregado do processo. ✓

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 3.

As respostas corretas são:

Se a impossibilidade de formular questionamentos for alegada pelo acusado no ato de sua defesa final o encarregado deverá providenciar nova oitiva e oportunizar que o acusado faça as perguntas.,

O Encarregado do processo disciplinar ou do procedimento administrativo poderá indeferir as perguntas inoportunas, inconvenientes, fora do contexto. Recomenda-se que estas perguntas indeferidas sejam consignadas no termo., Quando houver constrangimento de testemunhas e quando não houver defensor constituído, como

sugestão o acusado poderá deixar as perguntas para que o Encarregado as transmita a testemunha, ficando tudo devidamente registrado no Termo de Inquirição de Testemunha., Nos casos de FATD, o acusado poderá fazer perguntas às testemunhas ou ao ofendido por intermédio do Encarregado do processo.

Questão **14**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00**Sobre o Módulo I, assinale as questões verdadeiras abaixo:**

Escolha uma ou mais:

- a. ✔
- O Princípio do devido processo legal, previsto no art. 5º, inciso LIV, da Constituição Federal, é considerado o princípio fundamental do processo administrativo, eis que se configura a base sobre a qual os demais se sustentam.
- b. ✔
- O Princípio do devido processo legal diz que nenhuma decisão gravosa a um militar estadual poderá ser imposta sem que, antes, tenha sido submetido a um processo cujo procedimento esteja previamente previsto em normativa jurídica própria.
- c. ✔
- A Constituição Federal, também chamada de Carta Magna, é o conjunto de regras e princípios supremos do ordenamento jurídico de um país, limitando poderes, organizando o Estado e definido direitos e garantias fundamentais.
- d. ✔

Dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal derivam uma série de princípios, muitos deles aplicáveis ao processo administrativo disciplinar.

e.



O Princípio do devido processo legal diz que nenhum militar estadual pode ser responsabilizado administrativamente por suposta falta disciplinar cometida sem que lhe tenha sido concedida ampla oportunidade de comprovar sua inocência ou justificar a transgressão praticada conforme a sequência de atos estabelecidos na normativa do FATD e demais relacionadas.

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são: A Constituição Federal, também chamada de Carta Magna, é o conjunto de regras e princípios supremos do ordenamento jurídico de um país, limitando poderes, organizando o Estado e definido direitos e garantias fundamentais. ,

Dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal derivam uma série de princípios, muitos deles aplicáveis ao processo administrativo disciplinar.,

O Princípio do devido processo legal, previsto no art. 5º, inciso LIV, da Constituição Federal, é considerado o princípio fundamental do processo administrativo, eis que se configura a base sobre a qual os demais se sustentam.,

O Princípio do devido processo legal diz que nenhuma decisão gravosa a um militar estadual poderá ser imposta sem que, antes, tenha sido submetido a um processo cujo procedimento esteja previamente previsto em normativa jurídica própria.,





O Princípio do devido processo legal diz que nenhum militar estadual pode ser responsabilizado administrativamente por suposta falta disciplinar cometida sem que lhe tenha sido concedida ampla oportunidade de comprovar sua inocência ou justificar a transgressão praticada conforme a sequência de atos estabelecidos na normativa do FATD e

demais relacionadas.

Questão **15**Parcialmente
corretoAtingiu 0,67 de
1,00

Sobre as principais situações identificadas como sendo aquelas que produzem nulidade em um FATD, assinale a(s) alternativa(s) Verdadeira(s)

Escolha uma ou mais:

- a. É possível dizer que o Relato do Fato Imputado é uma das principais peças do FATD, posto que quando redigido de maneira genérica ou incompleta fatalmente irá comprometer a produção de provas. 
- b. 
O desvio de procedimento é a utilização de um procedimento inadequado para obtenção de um resultado que deveria ser realizado por outras vias.
- c. Com base no discutido sobre a Competência Disciplinar, o comandante de determinada Unidade pode determinar a instauração e decidir o FATD no qual ocupa a posição de ofendido. 
- d. 
As oitivas de testemunhas devem ser feitas de maneira criteriosa e o Encarregado deve se esforçar para colocar no papel aquilo que foi dito, nos termos utilizados pela pessoa ouvida. O ato de simplesmente "copiar e colar" os testemunhos, que ficam com redação igual, é um fato de descrédito na apuração disciplinar.

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou muitas opções.

As respostas corretas são: É possível dizer que o Relato do Fato Imputado é uma das principais peças do FATD, posto que quando redigido de maneira genérica ou incompleta fatalmente irá comprometer a produção de provas.,

As oitivas de testemunhas devem ser feitas de maneira criteriosa e o Encarregado deve se esforçar para colocar no papel aquilo que foi dito, nos termos utilizados pela pessoa ouvida. O ato de simplesmente "copiar e colar" os testemunhos, que ficam com redação igual, é um fato de descrédito na apuração disciplinar.,

O desvio de procedimento é a utilização de um procedimento inadequado para obtenção de um resultado que deveria ser realizado por outras vias.

Questão **16**Parcialmente
corretoAtingiu 0,75 de
1,00**Sobre a Oitiva do Acusado no FATD, assinale a(s) alternativa(s) Verdadeira(s)**

Escolha uma ou mais:

- a. A oitiva do acusado muitas vezes não garante o esclarecimento do fato já que ele não pode contraditar os fatos que ocorreram ao longo da instrução processual. ✘ **A oitiva do acusado é o momento adequado para o esclarecimentos dos fatos que cercaram todo o conjunto probatório a fim de permitir contraditar eventuais fatos que ocorreram.**
- b. Via de regra não necessita o acusado ser notificado para ser interrogado.
- c. Não ouvir o Acusado garante a Ampla Defesa e Contraditório a sua defesa.
- d. O encarregado deverá sempre oportunizar ao acusado o seu interrogatório depois de produzidas todas as provas, e constando no relato dos fatos incidentais, a dispensa do próprio acusado quando este não considerar importante se manifestar ou entender que suas razões de defesa suprem a necessidade de sua oitiva. ✔
- e. *É a ocasião em que o acusado pode fornecer ao encarregado sua versão pessoal sobre os fatos e sua realização após a colheita da prova permitirá, sem dúvida, um exercício mais completo do **direito de defesa**, inclusive pela **faculdade de permanecer em silêncio** (art. 5º, LVIII, CF)* ✔

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou muitas opções.

As respostas corretas são:

*É a ocasião em que o acusado pode fornecer ao encarregado sua versão pessoal sobre os fatos e sua realização após a colheita da prova permitirá, sem dúvida, um exercício mais completo do **direito de defesa**, inclusive pela **faculdade de permanecer em silêncio** (art. 5º, LVIII, CF),*

O encarregado deverá sempre oportunizar ao acusado o seu interrogatório depois de produzidas todas as provas, e constando no relato dos fatos incidentais, a dispensa do próprio acusado quando este não considerar importante se manifestar ou entender que suas razões de defesa suprem a necessidade de sua oitiva.

Questão **17**Parcialmente
corretoAtingiu 0,50 de
1,00**Sobre as Razões de Defesa no FATD, assinale as questões verdadeiras abaixo:**

Escolha uma ou mais:

- a. São direitos dos acusados na forma do artigo 35, § 2 do RDE: I - ter conhecimento e acompanhar todos os atos de apuração, julgamento, aplicação e cumprimento da punição disciplinar, de acordo com os procedimentos adequados para cada situação; II - ser ouvido; III - produzir provas; IV - obter cópias de documentos necessários à defesa; V - ter oportunidade, no momento adequado, de contrapor-se às acusações que lhe são imputadas; VI - utilizar-se dos recursos cabíveis, segundo a legislação; VII - adotar outras medidas necessárias ao esclarecimento dos fatos; e VIII - ser informado de decisão que fundamente, de forma objetiva e direta, o eventual não-acolhimento de alegações formuladas ou de provas apresentadas. ✓
- b. A razão inicial de defesa é peça muito importante do FATD porque também constitui a oportunidade do acusado se manifestar a respeito do ocorrido. ✓
- c. O militar acusado além de descrever os motivos pelos quais acredita na sua inocência ou na exculpação da conduta tida como irregular praticada, deve principalmente indicar as provas que deseja que sejam produzidas, as pessoas indicadas para prestarem seu testemunho, apresentar documentos úteis à instrução, dentre outras.
- d. As razões de defesa constituem-se na oportunidade do militar estadual indicar e/ou apresentar as provas cuja produção entenda necessária à sua defesa, inclusive requerer sua ouvida a termo, tendo acesso em cartório a todas as peças dos autos.
- e. A apuração de uma transgressão disciplinar através do FATD obriga a participação de defensor constituído.

Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 2.

As respostas corretas são:

São direitos dos acusados na forma do artigo 35, § 2 do RDE: I - ter conhecimento e acompanhar todos os atos de apuração, julgamento, aplicação e cumprimento da punição disciplinar, de acordo com os procedimentos adequados para cada situação; II - ser ouvido; III - produzir provas; IV - obter cópias de documentos necessários à defesa; V - ter oportunidade, no momento adequado, de contrapor-se às acusações que lhe são imputadas; VI - utilizar-se dos recursos cabíveis, segundo a legislação; VII - adotar outras medidas necessárias ao esclarecimento dos fatos; e VIII - ser informado de decisão que fundamente, de forma objetiva e direta, o eventual não-acolhimento de alegações formuladas ou de provas apresentadas.,

A razão inicial de defesa é peça muito importante do FATD porque também constitui a oportunidade do acusado se manifestar a respeito do ocorrido.,

O militar acusado além de descrever os motivos pelos quais acredita na sua inocência ou na exculpação da conduta tida como irregular praticada, deve principalmente indicar as provas que deseja que sejam produzidas, as pessoas indicadas para prestarem seu testemunho, apresentar documentos úteis à instrução, dentre outras.,

As razões de defesa constituem-se na oportunidade do militar estadual indicar e/ou apresentar as provas cuja produção entenda necessária à sua defesa, inclusive requerer sua ouvida a termo, tendo acesso em cartório a todas as peças dos autos.

Questão **18**

Incorreto

Atingiu 0,00 de
1,00**Sobre a Competência Disciplinar:**

A competência para instauração de um Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar está prevista no Decreto Estadual Decreto Estadual nº 7.339/2010 – Regulamento Interno de Serviços Gerais

Escolha uma opção:

- Verdadeiro
- Falso ✘

A resposta correta é 'Verdadeiro'.

Questão **19**Parcialmente
corretoAtingiu 0,60 de
1,00**Sobre o Princípio da Ampla Defesa e Contraditório, assinale as questões verdadeiras abaixo:**

Escolha uma ou mais:

- a. Previsto no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, faculta ao acusado, durante toda a instrução processual, acompanhar o processo. Assim, efetivamente deve-lhe ser garantido participar dos atos produzidos e possibilitar-lhe a utilização de todos os meios de defesa admitidos pelo ordenamento jurídico. ✓
- b. ✓
- A ampla defesa** fornece aos acusados em geral o amparo necessário para que levem ao processo (...) os argumentos necessários para **esclarecer a verdade**, ou, se for o caso, faculta-lhes calar-se, não produzindo provas contra si mesmos.
- c.
- Do ato produzido pelo encarregado do FATD não caberá direito ao acusado dele participar, apresentar outra versão que lhe convenha ou, ainda, não poderá fornecer uma interpretação dos fatos diversa daquela feita pela acusação.
- d.

Deve ser assegurado ao militar estadual o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de advogado/defensor, arrolar e participar da inquirição de testemunhas, produzir provas e contraprovas, bem como formular quesitos quando se tratar de prova pericial.

e.

O militar acusado em FATD tem o direito de saber quais são os fatos que lhe foram imputados como transgressão disciplinar, quais os elementos que lhe atribuem a autoria, quais as provas que já existem e as que devem ser produzidas. Ciente de tudo, deve ter a oportunidade de contrapor as acusações e produzir provas em seu favor.

f.

O **princípio do contraditório**, que é inerente ao direito de defesa, é decorrente da bilateralidade do processo: quando uma das partes alega alguma coisa, há de ser ouvida também a outra, dando-se-lhe **oportunidade de resposta**. Ele supõe o conhecimento dos atos processuais pelo acusado e o seu direito de resposta ou de reação.



Sua resposta está parcialmente correta.

Você selecionou corretamente 3.

Por isso, por exemplo, é fundamental que o Encarregado informe ao Acusado a data, horário e local das oitivas dos acusadores/ofendidos e testemunhas com antecedência suficiente que lhe permita, caso queira, se fazer presente (mínimo 48h). Da mesma forma, sobre eventual produção de provas das quais o acusado possa participar de alguma maneira.

As respostas corretas são: Previsto no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, faculta ao acusado, durante toda a instrução processual, acompanhar o processo. Assim, efetivamente deve lhe ser garantido participar dos atos produzidos e possibilitar-lhe a utilização de todos os meios de defesa admitidos pelo ordenamento jurídico. ,

O militar acusado em FATD tem o direito de saber quais são os fatos que lhe foram imputados como transgressão disciplinar, quais os elementos que lhe atribuem a autoria, quais as provas que já existem e as que devem ser produzidas. Ciente de tudo, deve ter a oportunidade de contrapor as acusações e produzir provas em seu favor.,

Deve ser assegurado ao militar estadual o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de advogado/defensor, arrolar e participar da inquirição de testemunhas, produzir provas e contraprovas, bem como formular quesitos quando se tratar de prova pericial.,

A ampla defesa fornece aos acusados em geral o amparo necessário para que levem ao processo (...) os argumentos necessários para **esclarecer a verdade**, ou, se for o caso, faculta-lhes calar-se, não produzindo provas contra si mesmos.,

O **princípio do contraditório**, que é inerente ao direito de defesa, é decorrente da bilateralidade do processo: quando uma das partes alega alguma coisa, há de ser ouvida também a outra, dando-se-lhe **oportunidade de resposta**. Ele supõe o conhecimento dos atos processuais pelo acusado e o seu direito de resposta ou de reação.

Questão **20**

Correto

Atingiu 1,00 de
1,00**Sobre as Férias ou Atestado no FATD, assinale as questões verdadeiras abaixo:**

Escolha uma ou mais:

- a. O atestado médico, por si só, é justificativa para sobrestar o FATD.
- b. O FATD também pode ser iniciado e sobrestado a partir do dia em que o Acusado sair de férias, sendo reaberto quando retornar. ✓
- c. ✓
Se o militar estadual alegar que não pode responder ao FATD por doenças de natureza psicológica, psiquiátrica ou neurológica, deve o Encarregado verificar os procedimentos relacionados ao seu encaminhamento à JM para manifestação formal a respeito, seguindo procedimento semelhante ao que ocorre nos Apuração Disciplinar de Licenciamento, Conselho de Disciplina e Conselho de Justificação
- d. Diante da incerteza quanto à possibilidade do acusado continuar participando do FATD ou não, nos casos de dispensas médicas prolongadas ou até licenças médicas, o Encarregado pode tomar como referência o resultado da perícia médica realizada pela Junta Médica (JM) que determina o tipo do afastamento do militar estadual, que pode ser afastado apenas do serviço operacional ou ficar com qualquer atividade profissional prejudicada. ✓
- e. Quando o Acusado solicitar férias que não estavam previstas cabe ao Comandante, Chefe ou Diretor decidir se autoriza a saída do militar estadual para férias ou se ele deve aguardar o término da instrução do FATD. ✓
- f. Em caso de Férias não há nenhum óbice em aguardar o retorno do Acusado para iniciar o FATD. ✓

Sua resposta está correta.

As respostas corretas são:

Em caso de Férias não há nenhum óbice em aguardar o retorno do Acusado para iniciar o FATD.,

O FATD também pode ser iniciado e sobrestado a partir do dia em que o Acusado sair de férias, sendo reaberto quando retornar.,

Quando o Acusado solicitar férias que não estavam previstas cabe ao Comandante, Chefe ou Diretor decidir se autoriza a saída do militar estadual para férias ou se ele deve aguardar o término da instrução do FATD.,

Se o militar estadual alegar que não pode responder ao FATD por doenças de natureza psicológica, psiquiátrica ou neurológica, deve o Encarregado verificar os procedimentos relacionados ao seu encaminhamento à JM para manifestação formal a respeito, seguindo procedimento semelhante ao que ocorre nos Apuração Disciplinar de Licenciamento, Conselho de Disciplina e Conselho de Justificação,

Diante da incerteza quanto à possibilidade do acusado continuar participando do FATD ou não, nos casos de dispensas médicas prolongadas ou até licenças médicas, o Encarregado pode tomar como referência o resultado da perícia médica realizada pela Junta Médica (JM) que determina o tipo do afastamento do militar estadual, que pode ser afastado apenas do serviço operacional ou ficar com qualquer atividade profissional prejudicada.

◀ Pesquisa de Avaliação do Curso e
Plataforma

Seguir para...

Certificado de Conclusão ▶